

A história e a tradução, a história da tradução e a tradução na história

Giovana Cordeiro Campos (UFF) e Vanessa Lopes Lourenço Hanes (UFF)

*Sem memória e sem projeto simplesmente
não há saber.
(Auroux)*

É impossível desconsiderar a forte presença das chamadas “novas tecnologias” na atualidade. Vivemos em um mundo dominado pelos instrumentos produzidos no âmbito dos “avanços tecnológicos”, como o computador, a internet e os *smartphones* de “última geração”. Até mesmo nossas relações sociais e profissionais se transformaram, sobretudo quando consideramos o poder das redes sociais, como, por exemplo, o *Facebook* e o *LinkedIn*, para citar apenas duas. Todas essas tecnologias fazem com que o mundo, de alguma forma, seja visto como capaz de funcionar “ao toque de um clique”, sendo a velocidade extrema a “bola da vez”. A comunicação hoje é entendida como imediata e sem fronteiras, e a condição humana parece ser a ubiquidade proporcionada pelo compartilhamento por meio da rede eletrônica. Em um cenário assim, para que falar de história? Por que olhar para o passado, se tudo é instantâneo, se um produto já se torna obsoleto a partir de seu lançamento, se o que importa é a “novidade”? Para que retomar a memória de um passado entendido como desconectado e lento frente à rapidez dos tempos “ultra” modernos?

A resposta está no cerne do que se compreende como história. De forma breve, a partir de Martins (1996), percebemos que, como campo de saber, a história foi por muito tempo entendida a partir de um viés arqueológico, como um método de averiguação de fatos históricos, logo, como uma ciência factual,

dedicada a descrever o passado para a compreensão “do que realmente aconteceu”:

Fundada essencialmente nos textos, enfatiza a história política, que é geralmente uma história narrativa, de acontecimentos, factual. Na medida em que assiste passivamente à produção “objetiva” da história pelos documentos, revela um caráter cientificista, positivista. Frequentemente mostra-se, ainda, de cunho “darwinista”, na medida em que vê o presente como uma “evolução” do passado (costumam ser comuns as referências aos “avanços” da história da humanidade, encarando-se o passado como “primitivo”, pouco civilizado). (MARTINS, 1996, p. 38)

Porém, com o desenvolvimento dos conhecimentos humanos, a natureza dos estudos de caráter histórico mudou, passando a considerar o olhar do observador, ou seja, do historiador, e a defender não uma narrativa única, mas a construção de histórias, no plural. A questão da história sob a perspectiva da nova história não se refere mais a uma objetividade absoluta, mas a algo que envolve intersubjetividades. Em outras palavras, a noção de “verdade no sentido absoluto” é substituída pela da verdade entendida como “uma construção plausível do presente por parte do sujeito, responsável pela produção de sentido” (RUSCH *apud* MARTINS, 1996, p. 41). Sob tal ótica, podemos pensar que há, desde sempre, uma conexão indissociável entre o passado e o presente, que se dá no e pelo sujeito (seja ele o historiador, o pesquisador, o tradutor...), ainda que este possa não percebê-la conscientemente. Nosso olhar, enquanto sujeitos, é moldado pelo que veio antes, pelo compartilhamento de regras, convenções, rituais etc., repetidos e/ou transformados pelas sociedades no eixo do tempo e do espaço.

No caso do historiador, seu objetivo é entender e reconstituir esse percurso formador a partir de sua posição de sujeito histórico. Na perspectiva construtivista da história nova, “o historiador não só explica o passado, mas também o constitui” (MARTINS, 1996, p. 42). Mas em que medida tal relação entre presente e passado interessa, por assim dizer, a quem não é historiador? Talvez, a maior contribuição dos estudos de cunho histórico seja o entendimento de que a história pode significar a mudança (comportamental, econômica, política, tradutória, todas as anteriores ao mesmo tempo etc.). A pesquisa por

assim dizer histórica é uma forma de compreender as mudanças que já ocorreram, as que estão ocorrendo e as que irão ocorrer; trata-se da história entendida como crítica, como possibilidade de resposta para compreendermos quem somos, a partir de perspectivas analíticas de quem fomos, para uma projeção do futuro e, portanto, de quem viremos a ser. E isso envolve todas as esferas do conhecimento humano.

Retornando à questão das “novas tecnologias”, estas são atualmente tomadas como pertencentes ao campo das ciências exatas, mais precisamente da tecnologia da informação e, portanto, fora do escopo das ciências humanas. Esse processo de significação é histórico, e molda o contexto presente:

[O] funcionamento da expressão novas tecnologias está, hoje, necessariamente relacionado ao da obsolescência, o que faz bastante sentido em nossa sociedade: é preciso criar uma tecnologia nova que seja fascinante, mas que logo se torne obsoleta quando da criação de outra tecnologia, ainda mais nova e ainda mais fascinante, que também deverá se tornar obsoleta rapidamente. Novo e tecnologia são palavras que, ao estarem em relação de significação nesta formação social do capitalismo de economia de mercado globalizado, produzem efeitos para o que entendemos por tecnologia hoje [...] podemos dizer que, dentre as mais diversas tecnologias existentes, há um conjunto delas que é mais facilmente reconhecível como tecnologia [...] os sentidos da palavra tecnologia também estão relacionados a esses efeitos que acabam por reconhecer como tecnologia apenas um conjunto restrito delas [...] tal restrição está geralmente circunscrita a alguns domínios do conhecimento tomados como os domínios que tornam possível a criação de tecnologias. Entre esses domínios está a física, a matemática, a química, a biologia e as tecnologias de informação. (FERREIRA, 2015, p.76)

A “necessidade do novo” pode ser compreendida a partir de sua historicidade, que nos faz entender como tal “necessidade” é modelada pelo estabelecimento do capitalismo como modelo econômico vigente, pelo menos no mundo ocidental, e segundo o qual é preciso a constante e ininterrupta produção e venda de mercadorias. Ao mesmo tempo, produz-se uma dissociação entre inovação tecnológica e ciências da linguagem, por exemplo, constituindo a última, pelo funcionamento do discurso capitalista do

utilitarismo, como incapaz de produzir inovações tecnológicas, quando, a partir da historicidade, percebemos sua relevância para o estabelecimento e circulação da própria ciência.

A partir de um olhar histórico, podemos entender que no passado houve outras “tecnologias”, hoje tão naturalizadas que podem até parecer “primitivas”, mas que foram tão relevantes e impactantes quanto hoje o são os computadores e a internet, os quais também poderão ser naturalizados e dar lugar a outras tantas “novas” tecnologias, potencialmente tornando tais instrumentos “antigos” e “primitivos” sob o olhar de sociedades futuras.

Tomemos as argumentações de Aurox (1992), o qual reflete sobre duas revoluções tecnocientíficas diretamente ligadas às ciências da linguagem e, portanto, às ciências humanas: a invenção da escrita e a gramatização. A primeira operou uma profunda transformação em nossas práticas sociais, bem como no modo de produção e circulação de saberes científicos, possibilitando um registro mais duradouro das descobertas, técnicas etc. A invenção da escrita levou à instituição de saberes sobre a linguagem, conduzindo à segunda revolução tecnocientífica, a qual dotou as línguas de tecnologias de linguagem – os dicionários e gramáticas – o que, por sua vez, teve impacto, por exemplo, no processo de alfabetização. A partir dessas duas revoluções, Aurox trabalha com uma terceira revolução tecnocientífica, ligada à mecanização da linguagem:

O acontecimento dessas duas revoluções tecnocientíficas está articulado com outras tecnologias as quais, na história, têm servido como suporte para a sua consolidação, dentre as quais podemos apontar, por exemplo, o *pergaminho*, o *livro*, o *gravador de voz* e, a partir do século XX, o *computador*, ou no século XXI, o *tablet*, o *iphone*, etc. No ciberespaço, há diferentes formas de funcionamento da linguagem em que, além da escrita, também podem colocar em cena, concomitantemente, a fala e a imagem ou vídeo. Tendo isso em vista, pesquisadores da equipe de Aurox já vem considerando a possibilidade do acontecimento de uma terceira revolução tecnocientífica da linguagem, advinda de uma relação com a internet/computador (MARIANI; MEDEIROS, 2016, p. 15).

É altamente relevante, portanto, pensarmos como ocorreu/ocorre/ocorrerá a relação entre linguagem e tecnologia, lembrando que tal relação se faz presente também na tradução tal como é correntemente praticada, inclusive no sentido das tecnologias digitais, uma vez que a tradução é hoje realizada com o auxílio de computadores, internet, programas de tradução automática e/ou de tradução assistida. O ponto aqui defendido é que, centrando-se ou não as pesquisas na questão tecnológica, é preciso pensar a tradução enquanto atividade modelada historicamente, em suas diversas facetas e multiplicidades.

É impossível negar a importância intrínseca que a dimensão histórica tem para o traduzir. Pensemos, para utilizar um dos mais corriqueiros exemplos, na ideia das “traduções datadas”, aquelas traduções com marcas de períodos históricos específicos – produtos culturais que trazem consigo um conjunto de elementos que os tornam plenamente situáveis em uma linha do tempo. Mas a relação entre temporalidade e tradução não é, sob nenhum ângulo, algo descomplicado. Ao contrário: parte-se aqui da premissa de que falar em tradução sob uma perspectiva histórica é inevitavelmente esbarrar em paradoxos, é se defrontar com elementos dessemelhantes e sintetizar conhecimento a partir destas aparentes dessemelhanças. Não é “somente” considerar o passado, mas sim pensar as relações entre passado e futuro, entre teoria e prática, entre conhecimentos recentes e antigos, entre uma aparente apatia e o vislumbre de possibilidades, visando demonstrar o quanto estas relações não são na verdade autoexcludentes, mas sim o palco de interações que em sua complementaridade levam ao entendimento da conexão entre a história e a tradução, ao entendimento da história da tradução e a uma compreensão do papel ocupado pela tradução na história. Neste contexto não parece exagerado afirmar, ou na verdade reafirmar algo que já se toma como dado, mas que raramente é considerado em toda a sua potencialidade: que somente com um entendimento apropriado do passado é possível compreender o presente da área, as suas reverberações no Brasil e no mundo, e consequentemente fazer projeções adequadas para o seu futuro.



É de conhecimento geral dentre os seus estudiosos que a existência da tradução enquanto atividade profissional é já, de alguma forma, bastante antiga (ainda que ela não seja reconhecida como, de fato, uma profissão regulamentada em vários contextos). A tradução esteve, inclusive, diretamente conectada ao estabelecimento de diversas nações contemporâneas, como o próprio Brasil, em especial quando se considera, para além dos tradutores, também o papel fundamental desempenhado por intérpretes em sociedades coloniais e pós-coloniais¹. Paradoxalmente, todavia, o estudo sistematizado do fazer tradutório e as reflexões acerca da tradução em um âmbito estritamente acadêmico são uma empreitada relativamente nova: a disciplina acadêmica denominada Estudos da Tradução veio a ser constituída formalmente somente na década de 1970, ainda que a partir de prévias relações multidisciplinares e interdisciplinares de diversas áreas do conhecimento que já havia algum tempo se debruçavam sobre a tradução enquanto objeto de pesquisa. Afinal, como afirma Lefevere (2002, p. xi), “os estudos da tradução reúnem trabalhos de uma ampla variedade de áreas, incluindo linguística, estudos literários, história, antropologia, psicologia e economia”², e esta reunião de saberes sob um mesmo “guarda-chuva” não se deu subitamente. Ademais, mesmo quando se considera somente a prática tradutória em si, antes da sistematização de uma disciplina acadêmica voltada à tradução, o tradutor sempre foi produto da coexistência. Hermans e Steconni declaram que “a tradução tem sido definida por toda a história com referência a outras práticas de fora da área de atividade dos tradutores” (HERMANS; STECCONI, 2002, p. 8).³

Talvez por este campo do saber consideravelmente jovem ser voltado a uma atuação prática já de longa data, os Estudos da Tradução não deixaram de, ainda em sua gênese, levar em conta a relevância do longo legado histórico do

¹ Para mais informações sobre o papel dos intérpretes nos primórdios do Brasil, ver Wyler, 2003.

² Em inglês: “translation studies brings together work in a wide variety of fields, including linguistics, literary study, history, anthropology, psychology and economics” (tradução das autoras, assim como em todas as outras referências em língua inglesa utilizadas).

³ Em inglês: “translation has been defined throughout history with reference to other practices outside the remit of translators”.

fazer tradutório para se entender os fenômenos da tradução da atualidade: James Holmes, ao falar sobre o nome e a natureza dos Estudos da Tradução enquanto disciplina em seu texto seminal que serve como um dos pilares para a área, e ao desenvolver o seu mapa acerca das dimensões englobadas pelos Estudos da Tradução, faz referência direta à dimensão histórico-temporal (HOLMES, 1975). Isso poderia, talvez, ser entendido, já naquele momento, como uma indicação inicial do importante papel de uma futura historiografia da tradução para o estabelecimento de bases sólidas e para a compreensão da disciplina.

Ainda assim, diante da inequívoca importância da história da tradução e de seu entendimento, e de sua riqueza composta por centenas de anos de informações represadas e prontas para serem trazidas à tona em diferentes frentes de pesquisa, os estudiosos da tradução como um todo ainda têm demonstrado um interesse relativamente pequeno em explorá-la. Os motivos para este aparente desinteresse podem tão somente ser especulados, e especulações dariam respostas que iriam desde a mais simples explicação da ausência dos estudos pela novidade da área como um todo (não houve ainda, obviamente, tempo para investir em pesquisa sobre todos os temas pertinentes), até às explicações que colocariam a dificuldade/o desafio de pesquisas históricas como um empecilho natural, devido à necessidade de se cobrir vastos períodos e vastas quantidades de materiais em um único estudo para o alcance de resultados realmente relevantes. Independentemente das motivações, o que se tem encontrado até então é uma lacuna nesta área como um todo: tomando o caso do Brasil como exemplo, Martins, ainda em 1996, problematizou a escrita das histórias da tradução apontando para o estágio incipiente das pesquisas historiográficas da tradução naquela década. E, anos mais tarde, a mesma autora nos informa que pouco havia mudado: Martins e Milton (2010), ao tratarem do desenvolvimento do campo historiográfico, afirmaram haver ainda “áreas da história da tradução totalmente virgens, dentro e fora do Brasil” (p. 5) – ou seja, há, ainda, muito progresso a ser feito.

Porém, há interesse por parte da academia nacional e mundial em progredir no desbravamento destas áreas virgens: a própria Martins (1996) apontava já há mais de vinte anos para a riqueza de possibilidades abertas para os historiadores da tradução. Pagano (2001) corrobora a opinião de que o campo da historiografia é pouco explorado, mas também ressalta esperar que, se na década de 1990 os Estudos da Tradução vivenciaram uma “virada cultural” (SNELL-HORNBY, 2010), poder-se-ia esperar uma “virada histórica” como desdobramento natural. D’Hulst (2010) parece compartilhar da mesma perspectiva otimista em nível global: ele afirma acreditar que, diante da já ampla expansão dos Estudos da Tradução na academia, é chegada a hora de desenvolver os estudos ligados à história da tradução, os quais têm, por muito tempo, sido negligenciados. Lefevere, ainda em 2002, ia já para além da história da tradução e também dizia: “Estamos finalmente começando a perceber que a tradução merece ocupar uma posição muito mais central na história cultural do que aquela à qual está atualmente relegada”. (LEFEVERE, 2002, p. xiv)⁴

E é neste cenário em que se mesclam a necessidade por pesquisas históricas e historiográficas e o interesse crescente de que elas sejam desenvolvidas e divulgadas que surgiu a proposta de elaboração do presente volume, com o intuito de dar visibilidade às novas iniciativas rumo ao desbravamento das áreas virgens que tocam questões históricas, rumo ao preenchimento da lacuna referente à relação entre a história e a tradução, à história da atividade tradutória e de seus diferentes atores, e ao papel desempenhado por esta atividade tradutória no decorrer de diferentes histórias e memórias. Esperava-se, como objetivo último, assim como indica D’Hulst (2001), promover aqui uma expansão dos conhecimentos dos estudiosos da tradução e, concomitantemente, a demonstração de relações entre abordagens divergentes, indo assim para além do passado e contribuindo inclusive para a visualização de perspectivas futuras, tanto teóricas e investigativas quanto de natureza estritamente prática.

⁴ Em inglês: “We are finally beginning to realize that translation deserves to occupy a much more central position in cultural history than the one to which it is currently relegated”.

Foi, portanto, uma grata surpresa perceber o quanto os artigos recebidos para publicação foram capazes de compreender e se encaixar na essência da proposta, complementando-se e ao mesmo tempo divergindo entre si, colaborando assim com o cumprimento do objetivo geral das organizadoras. Novos olhares sobre novas temáticas se unem aqui a olhares originais acerca de temáticas já discutidas, falando sobre o passado da tradução quase que sempre tendo em vista o seu futuro.

Os Estudos da Tradução no Brasil são considerados em suas relações históricas com a academia e com a produção acadêmica nacional em dois textos apresentados neste volume, mas sob óticas bastante divergentes. Pinilla nos traz uma visão panorâmica da história da tradução em uma abordagem tripartite: inicialmente considera sua relevância para os Estudos da Tradução enquanto disciplina acadêmica, depois discorre sobre os trabalhos mais relevantes do século XXI sobre a história da tradução brasileira, e por fim sugere novas linhas de pesquisa com base no que já foi realizado, olhando, portanto, para o futuro. Costa e Guerini, por sua vez, também abordam a presença da tradução na academia brasileira, mas o fazem em sua relação com a recente história da literatura nacional voltada à área através de um estudo diacrônico que mapeia todos os artigos em periódicos online brasileiros da área de Estudos da Tradução entre 1996 e 2016 nos quais a temática da formação de tradutores é trabalhada, trazendo assim em última instância uma relação com a dimensão prática do traduzir em seu próprio objeto de pesquisa.

Os Estudos da Interpretação também marcam presença neste número especial com abordagens de perspectivas históricas bastante distintas, uma delas voltada à prática da interpretação e outra ao estabelecimento dos Estudos da Interpretação enquanto área do saber. Milton e Barbosa investigam de forma instigante a atuação de intérpretes indígenas brasileiros através da análise de fotos do arquivo fotográfico do Serviço de Proteção aos Índios. Já Silva utiliza uma revisão bibliográfica e uma abordagem comparativa para explicar a evolução dos Estudos da Interpretação em diferentes localidades nas últimas

décadas e, concomitantemente, lançar luz sobre a compreensão de sua situação atual em terras brasileiras.

Os Estudos Clássicos têm encontrado nos Estudos da Tradução um campo fértil para suas pesquisas no Brasil, e os conhecimentos essencialmente históricos com os quais esta área das Letras atua a tornam uma rica fonte de reflexões sobre a temática deste volume, no qual duas propostas que associam tradução, história e saberes da área de clássicas podem ser conferidas. O texto de Rodriguez e Alvarez investiga o percurso tradutório das comédias de Plauto no país desde o século XIX até 2019, refletindo sobre o estabelecimento de uma tradição tradutória daquele autor no Brasil com base em discussões travadas pelos próprios tradutores. E Lima e Liang acrescentam ao debate acerca da tradução dos clássicos ao trazer à tona a polêmica ao redor de Leonardo Bruni e a tradução da *Ética* de Aristóteles, advogando que “a ruptura dos humanistas com a tradição Escolástica e a sua proposta por uma tradução eloquente mudaram a forma de traduzir os clássicos”.

Por fim, no artigo de Orgado e Sá passado e a contemporaneidade se entrecruzam: estes autores apresentam as primeiras traduções para a língua inglesa da milenar obra japonesa *Genji Monogatari*, cuja autoria é atribuída a Murasaki Shikibu, traduções as quais só nas últimas décadas finalmente permitiram que os leitores do ocidente tivessem acesso a este clássico literário de tanto tempo atrás.

Como é possível perceber através da breve descrição apresentada, os escritos compilados aqui colaboram para se enxergar a questão temporal e histórica em ricas combinações com a tradução. A temática em tela é tratada sob a perspectiva da academia enquanto produtora de conhecimentos, mas sem perder de vista seu papel também enquanto formadora de profissionais. A interpretação é trazida à tona enquanto área de saber sistematizada, mas também como prática profissional com papel central na construção da história nacional. Os clássicos demonstram sua crescente relevância na atualidade acadêmica, relevância esta edificada através de olhares reflexivos sobre o passado. A prática tradutória aparece ainda em seu papel essencial, aquele de



construir pontes entre tempos, culturas, pensares, demonstrando que não há como se referir somente a uma “simples transposição”. Assim, em última instância a importância de se falar aqui sobre a tradução sob uma perspectiva histórica visa contribuir para que se continue a desenvolver uma visão holística do traduzir, de suas facetas e mesmo de suas limitações, superando um pouco mais a visão simplista, mas ainda muito presente, de que a tradução se resume à língua, às equivalências linguísticas. Afinal, como coloca Lefevere (2002, p. xiv), “traduções são feitas sob várias restrições, das quais é possível defender que a língua seria a menos importante”.⁵

É oportuno ressaltar que as perspectivas históricas e historiográficas de modo geral servem ainda para lançar luz sobre a dinamicidade da tradução. Embora o acontecimento histórico possa equivocadamente ser equacionado a algo estático, os textos aqui compartilhados atestam que suas reverberações e interpretações são sempre dinâmicas, e os próprios acontecimentos são sempre passíveis de releituras em novos contextos. Nesse sentido fazemos coro com o que dizem Hermans e Steconci (2002, p. 14): “a forma atual de se pensar e se falar sobre a tradução nunca é a única forma possível. Isso deveria ser revigorante – e tranquilizador.”⁶ Felizmente continuaremos a reler e redescobrir o passado na construção do futuro da disciplina e indo para além dela.

Por fim, diante do potencial que se vislumbra nos estudos históricos e historiográficos apresentados aqui e naqueles veiculados em outras frentes, permite-se a ambição de contribuir com este número para que se possam alçar voos mais altos, alcançando maior espaço para a pesquisa histórica em tradução como um todo. Parece cabível afirmar, em uníssono com D’Hulst (2010, p. 404), que

[o] fato de que descrição e descrição histórica estão fortemente entrelaçadas nas abordagens modernas e contemporâneas da tradução mostra a necessidade

⁵ Em inglês: “translations are made under a number of constraints of which language is arguably the least important”.

⁶ Em inglês: “the current way of thinking and speaking about translation is never the only possible way. That should be refreshing – and reassuring”.



crescente de dar à pesquisa histórica (...) um lugar próprio e independente, se possível dentro, mas se necessário fora dos Estudos da Tradução.⁷

Mais uma vez lançando mão do paradoxo entre passado e futuro, somente os próximos anos dirão até que ponto os estudos históricos e historiográficos da tradução se expandirão, mas a aposta das organizadoras com base no que se lê no presente volume e para além dele é que o potencial para que a pesquisa histórica alcance seu próprio lugar e sua independência previstos por D'Hulst certamente existe e é crescente.

Referências

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Ed. da UNICAMP, [1992] 2001.

D'HULST, Lieven. Why and How to Write Translation Histories. **Crop**, v.6, Número especial: **Emerging Views on Translation History in Brazil**. Org. John Milton, p. 21-32, 2001.

_____. Translation history. In: GAMBIER, Yves; VAN DOORSLAER, Luc (Ed.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, v. 1, p. 397-405, 2010.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, v. 11, p. 75-98, 2015.

Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/published/300.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HERMANS, Theo; STECCONI, Ubaldo. Translators as hostages of history. In: **Presentation at "Theory Meets Practice," a seminar of the Translation Service of the Commission of the European Union**, Luxembourg and Brussels. 2002.

⁷ Em inglês: "The fact that description and historical description are strongly interwoven in modern and contemporary approaches towards translation shows the growing need to give historical research (...) a proper and independent position, if possible within, if necessary outside, Translation Studies".

HOLMES, James S. The name and nature of translation studies. **Translated!**, v. 2, p. 67-80, 1972.

LEFEVERE, André. **Translation/history/culture: a sourcebook**. Routledge, 2002.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Divulgação científica em Análise do Discurso: investigação e inovação com base nas novas tecnologias. In: MARIANI, Bethania (Org.) **Enciclopédia audiovisual virtual de termos, conceitos e pesquisas em Análise do Discurso e áreas afins: investigação, inovação, divulgação**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima; FAPERJ; CNPq, 2016, p. 10-24.

Disponível em <http://www.edicoesmakunaima.com.br/catalogo/5-enciclopedia/22-enciclopedia-virtual-ad-investigacao-inovacao-divulgacao>.

Acesso em 11 fev. 2018.

MARTINS, Marcia A. P. As relações nada perigosas entre História, Filosofia e Tradução. **Cadernos de Tradução**, v. 1, n. 1, p. 37-51, 1996.

MILTON, John; MARTINS, Marcia A. P. Contribuições para uma historiografia da tradução (Apresentação). **Tradução em Revista**, v. 1, p. 01-10, 2010.

PAGANO, Adriana. As pesquisas historiográficas em tradução. In: _____ (Org.) **Metodologias de pesquisa em tradução**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, p. 117-146, 2001.

SNELL-HORNBY, Mary. The turns of translation studies. In: GAMBIER, Yves; VAN DOORSLAER, Luc (Eds.). **Handbook of translation studies**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, v. 1, 2010, p. 366-370.

WYLER, Lia. **Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.